



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

RAYSA CASTANHEIRA REIS

DIVERSIDADE CULTURAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO LIVRO
DIDÁTICO DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2023

Raysa Castanheira Reis

**Diversidade cultural e relações étnico-raciais no livro didático do 5º ano do ensino
fundamental**

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.
Orientador(a): Dra. Luciane Silva de Souza

Miracema do Tocantins, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R375d Reis, Raysa Castanheira.
Diversidade cultural e relações étnico-raciais no livro didático do 5º ano do ensino fundamental. / Raysa Castanheira Reis. – Miracema, TO, 2023.
28 f.
Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2023.
Orientadora : Luciane Silva de Souza
1. Diversidade cultural. 2. Relações étnico-raciais. 3. Racismo. 4. Livro didático. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RAYSA CASTANHEIRA REIS

DIVERSIDADE CULTURAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO LIVRO DIDÁTICO
DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia e aprovado em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof. Dra Luciane Silva de Souza – Orientadora - UFT

Prof. Me. Laurenita Gualberto Pereira Examinadora - SEDUC

Prof. Me. Leni Barbosa Feitosa Examinadora - SEDUC

Dedico este trabalho a minha família, meu esposo André pela parceria durante essa trajetória juntos, minha mãe Maria de Fátima e meus filhos Maria Eduarda e Joaquim, obrigada por fazerem parte da minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do curso de Pedagogia, em especial minha orientadora professora Dra. Luciane Silva de Souza pelas suas orientações para que acontecesse a finalização deste presente trabalho, e pela parceria que tornou possível a concretização de mais um objetivo.

RESUMO

A presente pesquisa pretende analisar como as discussões da diversidade cultural e relações étnico-raciais aparecem nos livros didáticos do 5º ano do ensino fundamental. Com foco na temática diversidade cultural e nas relações étnico-raciais no livro didático do 5º ano do ensino fundamental, o propósito deste artigo é verificar se o livro didático adotado nas escolas municipais de Miracema contempla conteúdos acerca da diversidade cultural e das relações étnico-raciais e fazer um levantamento de quantas escolas de 5º ano há em Miracema. Diante disso, realizar um estudo das leis que versam a respeito da temática abordada neste trabalho, tendo em vista que é necessário reconhecer a escola como um espaço onde as diferenças se evidenciam com mais ênfase e isso precisa ser trabalhado. Dessa forma, como educadores, devemos estar atentos às práticas discriminatórias, cultivando uma relação de respeito e valorização no ambiente escolar. Foi realizada uma breve análise do livro didático adotado nas escolas municipais de Miracema do Tocantins, com viés na temática diversidade cultural e relações étnico-raciais. Observamos que ainda há muito o que fazer em relação às discussões, pois os livros didáticos excluem essas temáticas.

Palavras-chave: Diversidade cultural. Relações étnico-raciais. Racismo. Livro didático.

ABSTRACT

The present research intends to analyze how the discussions of cultural diversity and ethnic-racial relations appear in the textbooks of the 5th year of elementary school. Focusing on the theme of cultural diversity and ethnic-racial relations in the textbook for the 5th year of elementary school, the purpose of this article is to verify whether the textbook adopted in municipal schools in Miracema includes content about cultural diversity and ethnic-ethnic relations. and make a survey of how many 5th grade schools there are in Miracema. In view of this, to carry out a study of the laws that deal with the theme addressed in this work, considering that it is necessary to recognize the school as a space where differences are evidenced with more emphasis and this needs to be worked on. Thus, as educators, we must be aware of discriminatory practices, cultivating a relationship of respect and appreciation in the school environment. A brief analysis of the textbook adopted in the municipal schools of Miracema do Tocantins was carried out, with a bias in the theme of cultural diversity and ethnic-racial relations. We observed that there is still much to be done in relation to discussions, as textbooks exclude these topics.

Keywords: Cultural diversity. Ethnic-racial relations. Textbook.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	METODOLOGIA	11
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
3.1	Histórico das questões que envolvem etnia e raça no Brasil	13
3.2	Conceito de preconceito, racismo e diversidade.....	14
3.3	As Leis	17
3.4	Importância do livro didático	21
4	ANÁLISE E DISCUSSÕES ACERCA DO LIVRO DIDÁTICO DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS	23
4.1	Local da pesquisa e coleta de documento para análise.....	23
4.2	Análise e discussões	23
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre diversidade cultural e as relações étnico-raciais vem ganhando novas perspectivas no âmbito educacional devido algumas propostas curriculares direcionadas às escolas. A tematização dar-se em decorrência da historicidade de violência, luta e resistência dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros. Questões levantadas foram discussões envolvendo a questão de negros/as e indígenas na esfera brasileira, entre outros na sociedade. Em um país pluriétnico é um dever a ser praticado tanto nas escolas e em todos os segmentos da sociedade brasileira.

Dialogar com a lei 10.639/03 nas escolas públicas e particulares que ofertam o ensino médio e fundamental é essencial para o processo ensino-aprendizagem, ainda se percebe que falta ser trabalhada essa temática nos ambientes escolares. No decorrer da pesquisa, vou analisar se o livro didático do 5º ano do ensino fundamental traz a discussão tratada nesse artigo, diante disso, é fundamental conhecer o contexto histórico do racismo no Brasil e como isso pode afetar os alunos.

Para chegar a esse questionamento, buscarei estudar as legislações que versam a respeito da temática do artigo, que sejam referentes ao reconhecimento das culturas e a questão racial. O livro didático é o material mais utilizado pelos docentes nas escolas e possivelmente o único recurso disponível para professores realizarem o processo ensino-aprendizagem na formação dos alunos. É importante salientar que o material educativo apresente conteúdos e imagens de forma positiva que relacionem as questões étnico-raciais e as diversidades.

É essencial trabalhar essa temática na escola, pois é a partir daí que se forma a identidade da criança que acontece por meio da socialização, das relações estabelecidas com outros coletivamente. Portanto, a formação no que diz respeito à sua identidade racial e à sua percepção sobre diferenças raciais é o elemento importante no cuidado com o educando. Ademais, trabalhar as diversidades e as relações étnico-raciais no ambiente escolar de forma adequada é buscar sempre oferecer referências positivas que ajudem o educando a entender a complexidade do racismo no mundo.

As discussões sobre a diversidade étnico-racial é uma questão que ainda é um tabu a ser quebrado em sala de aula e inúmeras inseguranças tomam conta do docente. Conhecer a raiz da história africana, é essencial para que o educador conduza de forma eficiente e eficaz o assunto, além de quebrar preconceitos inerentes à conduta do ser humano.

De acordo com a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, o estudo da história e cultura da África e tornam-se obrigatórios no currículo escolar. Assim sendo, essa lei passou a valer para o ensino fundamental e médio.

No Brasil, foi necessária a criação de uma lei para que houvesse um tardio reconhecimento da importância da cultura negra na sociedade brasileira. A inserção da temática étnico-racial no ensino fundamental e médio visa garantir uma educação em que o sujeito conheça diversos aspectos da história e da cultura que caracterizaram a formação da população brasileira, tais como o estudo da história da África e dos africanos, resgatando suas contribuições nas áreas sociais e econômicas pertinentes à história do Brasil.

Dessa forma, surge a seguinte problemática: *como as discussões da diversidade cultural e relações étnico-raciais aparecem nos livros didáticos do 5º ano do ensino fundamental?*

A temática tratada é importante para que no processo de escolarização, os estudantes aprendam reconhecer saberes distintos e a respeitar as diferenças. É preciso que os estudantes tenham a oportunidade de conhecer sua história e costumes, sendo assim, estimular a curiosidade nas crianças é um ótimo caminho. É importante conceituar que o livro didático, nesse sentido, é excelente disseminador dos conteúdos que tratam dessa discussão na sala de aula. Assim, acredita-se que os livros didáticos trazem uma discussão sobre diversidade cultural e relações étnico-raciais, pois o livro é o material mais utilizado pelos professores nas escolas e provavelmente o único recurso didático disponível para os educadores realizarem o processo de ensino e aprendizagem com os alunos.

Temos como objetivo geral: analisar como o livro didático adotado nas escolas do município de Miracema do Tocantins para o 5º ano do ensino fundamental contempla a temática acerca da diversidade cultural e das relações étnico-raciais. E, como objetivos específicos: identificar quantas escolas de 5º ano há em Miracema e qual o livro didático adotado; estudar as legislações que tratam da diversidade cultural e das relações étnico-raciais no currículo escolar; identificar e analisar políticas públicas que versam sobre a questão da diversidade cultural e étnico-racial.

Tal discussão é relevante porque busca investigar e conhecer mais sobre esta temática e entender como a educação das relações étnico-raciais garantem a construção de conhecimentos contextualizados, que promovam uma educação antirracista, de efetivação da história, da compreensão das relações sociais e o enfrentamento das desigualdades. Isso por si só já justifica o projeto de pesquisa, pois se configura como contribuição para a atuação futura como professora da educação básica, para a sociedade, para os estudantes do curso e o próprio curso

de Pedagogia, pois é necessário refletir e colocar em prática essas discussões tão importantes para formação.

O ambiente escolar, além disso, é ideal para colocar em pauta questões sobre o racismo, preconceito e a discriminação, tendo em vista que, esse assunto tem que ser explorado nas escolas de modo que os educandos possam compreender os desafios enfrentados pelas classes invisibilizadas. A escola é uma instituição fundamental para se trabalhar as diferenças, nela haverá o primeiro contato do aluno com a diversidade e a sociedade, diante disso, a educação é um dos maiores instrumentos de luta pela transformação.

Todavia, para contribuir com o processo de formação de uma sociedade melhor para todos, é essencial que a atuação a ser exercida da escola e do educador seja totalmente antirracista, que ensine desde cedo a combater os preconceitos dentro e fora do ambiente escolar como prática social.

É importante que o docente junto com a comunidade escolar motive e conduza ensinamentos para a construção sobre o respeito à diversidade étnico-racial no espaço de ensino, que abordem a existência predominante de estereótipos e preconceitos existentes na sociedade.

O combate a qualquer discriminação deve ser eixo e prioridade em nossa nação, portanto, cabe à escola ser responsável pela educação do aluno/cidadão, sobre as diversidades culturais e relações étnico-raciais existentes, no entanto, ensinar e respeitar, são dois pilares para uma educação de qualidade. É também nesse sentido que a análise dos livros didáticos poderá apontar caminhos ao verificar se realmente estão trazendo alguma discussão dentro da temática abordada no projeto.

2 METODOLOGIA

Este artigo realizamos uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental para discutir as questões da diversidade cultural e relações étnico-raciais. Procuramos literaturas e documentos que contemplassem a temática a ser estudada. De acordo com Godoy (1995, p.21), a pesquisa qualitativa proporciona:

[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. [...] Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. (GODOY, 1995, p.21).

A pesquisa bibliográfica deste artigo foi realizada por meio de artigos, livros e legislações que tratam do tema “diversidade cultural e relações étnico-raciais”. Assim, será desenvolvida uma revisão de obras para dar o suporte para as discussões que o trabalho propõe. Segundo Cervo (1983, p. 55), a pesquisa bibliográfica: busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado tema ou problema.

A pesquisa bibliográfica está inserida no meio acadêmico e tem uma importante função de dar subsídio a todas as demais pesquisas, como diz Andrade:

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

A pesquisa documental deste artigo foi realizada por meio do livro didático, que nos foi emprestado pela escola Francisco Martins Noletto através da biblioteca que concebemos como um documento pronto, vez que é o norte escolhido pelas escolas do município para dar conta do ensino no ano do ensino fundamental pesquisado. Neste sentido, buscaremos autores que sustentem conceitos necessários para as discussões. Serão realizadas diversas leituras, buscando elencar especificamente o tema do estudo. Para Godoy (1995, p.21), “[...] a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas”. Diante disso, segundo Laville e Dione:

O trabalho de análise já se inicia com a coleta dos materiais, não é acumulação cega e mecânica. À medida que colhe as informações, o pesquisador elabora a percepção do fenômeno e se deixa guiar pelas especificidades do material selecionado (LAVILLE; DIONE, 1999).

A pesquisa qualitativa deste projeto abordará um estudo do objeto da pesquisa, considerando o contexto, características do tema e a coleta de dados. Ainda, um ponto importante da pesquisa, que foram questões relacionadas à diversidade cultural e as relações étnico-raciais proporcionou o delineamento da forma do trabalho que vai fundamentar a exploração do objeto a ser estudado.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Histórico das questões que envolvem etnia e raça no Brasil

Ao tratar sobre raça Ianni (2004, p. 23) descreve que, a “raça não é uma condição biológica, mas uma condição social e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de denominação e apropriação”. No entanto, o termo raça é usado para determinar grupos étnicos a partir de suas características genéticas.

O racismo foi construído por teorias baseadas na superioridade da branquitude, com a identidade racial branca historicamente moldada, influenciando na construção do ‘outro’ não branco, sendo um lugar de privilégio racial, econômico e político (BENTO, 2005). Dessa forma, por meio de estereótipos negativos a população negra é colocada, principalmente, as mulheres, em situação de desvantagem no acesso aos bens e serviços.

A população negra se insere no mercado de trabalho de forma mais precária e menos qualificada quando comparada à população branca, as mulheres negras conseqüentemente sofrem esse impacto devido às desigualdades raciais. Em geral, os homens brancos têm melhores condições de trabalho do que mulheres e negros. Observa-se que os processos discriminatórios se movimentam de forma hierarquizada, permanentemente, toda vez que se depara com corpos diferenciados pela raça e pelo sexo.

O racismo e a discriminação racial expõem homens e mulheres a situações mais vulneráveis de adoecimento e de morte, assim como condições de vidas mais precárias, entende-se que isso é causado por desigualdades sociais que persistem na sociedade.

Após algumas mudanças que ocorreram, as políticas públicas implementadas nos últimos anos, como as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que concedeu uma parcela considerável da população brasileira invisibilizada, Lucindo afirma que: “as populações indígenas e de origem africana tenham espaço de estudo, a partir de dinâmicas próprias e expondo suas atuações enquanto sujeitos na formação do Brasil e do mundo” (LUCINDO, 2014, p. 73).

Segundo Muller (2009, p. 33), “os estudos enfatizam o despreparo dos professores, e de demais profissionais da educação, para trabalhar, do ponto de vista pedagógico, com situações de racismo declarado que ocorrem frequentemente no cotidiano escolar”. Diante disso, a falta de capacitação de profissionais da educação para a construção de trabalhos que envolvam as relações étnico-raciais e diversidade cultural é ausente em sua formação como profissional e

que indicam a insuficiência de iniciativas e ações voltadas para a formação continuada de educadores.

A temática étnico-racial tornou-se obrigatória nos currículos da educação básica ressaltando a importância da história e da cultura afro-brasileira e indígena na formação dos educandos, vale frisar que as legislações criadas foram frutos da luta dos negros e indígenas. Como diz Muller: “um exemplo é a lei.10.639/03, em uma tentativa para resgatar a contribuição da população negra na construção da sociedade brasileira” (MULLER, 2009, p. 35).

Essa lei deve ser compreendida como uma vitória das lutas históricas do movimento negro brasileiro em prol da educação, podendo causar impactos positivos, proporcionando uma visão afirmativa acerca da diversidade étnico-racial e entendendo-a como uma riqueza de nossa diversidade cultural e humana, devendo ser problematizada à luz das relações de poder, dominação e dos contextos de desigualdade e de colonização (GOMES, 2008). Diante do exposto, vale ressaltar a importância desses conteúdos no livro didático, visto que pensar o material didático como uma das diversas ferramentas didático-metodológicas de ensino é entender o processo da aprendizagem, o livro didático ainda é um artefato de mediação entre ensino-aprendizagem sendo um legitimador de informações que serve de suporte para os educadores.

3.2 Conceito de preconceito, racismo e diversidade

Pensar a temática, preconceito, racismo e diversidade no contexto escolar, pretende entender o que é e qual o papel da escola na atualidade, a fim de investigar como acontece as relações neste ambiente. A escola é considerada uma instituição que tem como objetivo a transformação de sujeitos, sendo um ambiente de instrumento da democracia capaz de formar cidadãos críticos/reflexivos com capacidade de desenvolver opiniões.

O preconceito é o ato que leva à discriminação e pode causar efeitos devastadores na sociedade. Ele está presente em diversas situações cotidianas, acontece das mais variadas formas por motivos de: aparência, no gênero, na sexualidade etc. Qualquer tipo de preconceito é prejudicial para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária.

O preconceito parte de uma visão de mundo pouco desenvolvida, repleta de ideias e certezas que não sobrevivem à uma pequena reflexão ou análise crítica. Vale ressaltar que, o preconceito e a violência andam juntos, é preocupante o aumento de casos de violência contra certos grupos sociais.

Neste contexto, começa-se entender como ocorre as situações de preconceito, racismo e discriminação nos diversos ambientes escolares. Quando se fala em racismo na sociedade brasileira, de um modo geral, associa-se a pessoa negra, devido a fatos históricos, que envolvem exploração, desumanização e maus tratos sofridos por esses povos por um longo período de escravidão (LUGONES, 2020). Esta visão é errônea, pois o racismo configura-se num pré-julgamento onde uma raça é vista como superior às demais.

O racismo não é exclusividade dos negros. O Brasil é um país de grande miscigenação de raças e etnias, todavia, esse fator não impede que atos como esses deixem de ocorrer no país, pelo contrário, acontecem cotidianamente, por meio de piadas, brincadeiras e até ofensas. Diante desse cenário, a escola aparece como um potencial formador de opiniões que envolve marcadores sociais de raça, classe e gênero, o ambiente escolar é um espaço de convivências e de trocas de experiências. Todas essas situações de preconceito e racismo existentes na escola podem ser compreendidas como reflexo da sociedade em que estamos inseridos, podendo e devendo ser combatido no dia a dia com a prática da tolerância nos processos educacionais.

A reflexão sobre educação e diversidade cultural não diz respeito apenas ao reconhecimento do outro como diferente. Significa pensar a relação entre o eu e o outro. Por isso, retratar sobre a diversidade cultural exige de nós um posicionamento crítico e um olhar mais ampliado, por isso, nossas culturas, tradições e costumes são elementos que moldam a nossa identidade e que promovem a diversidade cultural de um povo e de uma sociedade. Diante de uma realidade cultural e racialmente miscigenada, como é o caso da sociedade brasileira, essa tarefa torna-se mais desafiadora. O reconhecimento das diversidades coloca-nos frente a frente com a luta em prol do respeito à diferença.

A diversidade cultural é um componente do humano, ela constitui a formação humana, somos sujeitos sociais, históricos, culturais e por isso mesmo diferentes. Refletir sobre a escola e a diversidade significa reconhecer as diferenças, respeitá-las e colocá-las na pauta das reivindicações e nos processos educativos. Reconhecer as diferenças implica romper com preconceitos, superar opiniões formadas sem reflexão, sem ter contato com a realidade do outro.

Cada construção cultural e social possui uma dinâmica própria, escolhas diferentes e vários caminhos a serem trilhados, nesse sentido, os educadores deveriam analisar com cuidado essas diversas escolhas, entendê-los à luz de uma reflexão histórica com o intuito de entender essas realidades sociais da humanidade.

A escola possui uma vantagem de ser uma das instituições sociais em que é possível o encontro das diferentes presenças. A questão da diversidade cultural na escola deveria ser vista no que de mais fascinante ela proporciona às relações humanas.

Embora a diversidade cultural faça parte da História da humanidade, desde os seus primórdios, são muitos os exemplos de genocídios e etnocídios contra povos considerados “culturalmente inferiores”.

Segundo Moreira (2020, p.14), “é preciso compreender que todos os grupos são construtores de cultura, assim, cultura pode ser compreendida como a vida em movimento, como a exterioridade do ser humano e das relações destes com a natureza, outros seres, com as coisas do mesmo mundo”. Nesse contexto, a cultura é algo social no qual convivemos e que nos proporciona uma ideia de origem, é o jeito de viver e estar no mundo.

O racismo é um sistema de prepotência que nega direitos, que causa exclusão, desigualdade e violência, sendo também uma discriminação contra indivíduos ou grupos por causa de sua etnia ou cor. Vale ressaltar que o preconceito é uma forma de conceito elaborado sem qualquer conhecimento do assunto tratado, já a discriminação é uma prática de separar, excluir ou diferenciar pessoas. Reconhecer as diferenças é saber questionar conceitos estáveis e permanentes que excluem o ou a diferente. Para tanto, é preciso desconstruir, ressignificar, reinventar identidades, saberes, valores e convicções.

O racismo é uma forma de preconceito e manifesta-se de várias formas, fazendo vítimas todos os dias. Como retrata Djamila Ribeiro (2019, p. 25), “Essa divisão social existe há séculos, e é exatamente a falta de reflexão sobre o tema que constitui uma das bases para a perpetuação do sistema de discriminação racial”. Diante disso, percebe-se a falta de políticas públicas sobre a importância de trabalhar o racismo nas escolas como forma de superar o preconceito, precisa-se de mais atuação dos poderes públicos em atitudes de conscientização.

Perceber as diferenças é uma construção que inicia com o nascimento do sujeito e se processa ao longo de sua vida. Elvira de Souza Lima afirma:

a diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de “portadoras de necessidades especiais”). Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universalidade. (LIMA, 2006, p. 17).

Diante do conceito apresentado por Lima (2006), é importante que o trabalho do professor contemple aspectos históricos, sociais e raciais dos educandos presentes no espaço escolar, esse tipo de trabalho faz com que a escola seja um espaço democrático e de formação de sujeitos críticos/reflexivos.

A diversidade cultural é a riqueza da humanidade, a escola precisa apresentar aos alunos que existem outras culturas além da sua, a escola tem que ser crítica e deve buscar dialogar com outras culturas e concepções. José Luis dos Santos afirma “cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos” (SANTOS, 1948, p. 8). Perante isso, a escola deve possibilitar aos educandos o contato com alunos de outras escolas isso vai constituir um sujeito atuante na sociedade, o aprendizado acontece na interação com o outro.

Vale ressaltar que já é passada a hora de corrigirmos as desigualdades que incidem sobre o povo negro, construindo políticas públicas para esse segmento étnico-racial. Em suma, ampliar a discussão e reflexão sobre a diversidade cultural e as relações étnico-raciais é traçar encaminhamentos que vão direcionar o encontro da realidade escolar do docente e do discente, neste sentido, a escola torna-se um espaço de possibilidades para compreender melhor a diversidade tanto social como cultural, o espaço escolar é reconhecido como um espaço de ensino-aprendizagem e a formação do sujeito.

3.3 As Leis

O currículo é um documento que serve como referência para a organização do conhecimento escolar, além de estabelecer as metodologias e estratégias de aprendizagem utilizadas pela escola. O currículo surgiu para organizar o projeto pedagógico e atender às diretrizes educacionais com a padronização dos conhecimentos a serem adquiridos pelos educandos, de modo a garantir uma formação democrática onde proporcione a cidadania e o direito à educação.

Nesse contexto, vale ressaltar a importância de se estudar o conteúdo abordado nesse artigo, para as crianças saberem desde pequenas o valor que é a diversidade e as relações étnico-raciais dentro do currículo escolar. Por isso, o currículo trás os conteúdos a serem implementados e cumpridos pelas escolas, além de estabelecer os objetivos de aprendizagem a fim de uma construção do conhecimento. Diante disso, o currículo auxilia os educandos no enfrentamento dos desafios do mundo atual, ajudando como cidadãos participativos, reflexivos e conhecedores de seus direitos para o desenvolvimento de uma educação democrática.

Desse modo, vem a implantação das legislações que regem o ensino da temática abordada nesse artigo que são importantes para normatizar as práticas educacionais e orientar o trabalho dos educadores e garantir aos alunos os conhecimentos essenciais para uma formação de qualidade e com intenção de diminuir as desigualdades. O currículo não pode ser entendido

como uma lista de conteúdo a ser repassado aos alunos, mas deve ser visto como uma prática pedagógica que se dá de maneira efetiva, diante disso, o educador não constrói sozinho, este processo se desenvolve a partir das influências sofridas por todo seu contexto social e educacional.

A lei 10.639/2003 estabelece o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica. A partir desse momento foi necessário formar educadores capacitados para trabalhar essa temática, foi preciso adaptar materiais didáticos que contemplassem esses conteúdos com a intenção de mostrar para as crianças a importância desse material dentro e fora do espaço escolar.

O objetivo da lei é resgatar aos educandos do ensino fundamental e médio a contribuição dos africanos e afro-brasileiros nas mais diversas áreas promovendo um diálogo diverso sobre os povos que formaram a história do Brasil. Diante disso, surge a necessidade de compreender a diversidade de povos, etnias, culturas e comportamentos vinculados ao racismo e o preconceito no sistema educacional brasileiro.

A lei 11.645/2008 estabelece que nos estabelecimentos de ensino fundamental e ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e indígena, essa lei resulta de uma demanda social dos povos indígenas na busca pelo seu merecido reconhecimento e respeito às diversidades étnicas. Nesse sentido, essa legislação busca evidenciar o percurso histórico das práticas escolares sobre o ensino da temática indígena. “Por força da Lei, o tema da diversidade começa a sair do plano da transversalidade no currículo, assumindo concretamente o seu lugar no cotidiano escolar” (NASCIMENTO, 2010, p. 234).

No artigo 26-A, a LDB/1996 dispõe que:

Art. 1.º O Art. 26-A da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1.º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2.º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. (LDB, 1996, p. 1).

Essa lei resguarda a atenção dos aspectos relacionados com a História e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, com o propósito de estabelecer conteúdos

programáticos e sugerindo as áreas do conhecimento que prioritariamente devem tratar sobre a referida temática.

A lei 12.288/2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado à população negra a efetivação da igualdade de oportunidade, assegura direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Entende-se que essa lei foi criada de forma a tentar efetivar a igualdade de condição e acesso a uma parcela da população, pretos e pardos, que historicamente passam por discriminação racial, desigualdades e direitos considerados básicos.

O Estatuto da Igualdade Racial surgiu com muito valor e importância para os que entendem que as desigualdades de gênero e raça precisavam ser discutidas e estruturadas. O objetivo da lei é planejar, garantir e colocar em prática ações que ajudem no desenvolvimento dessa igualdade, podendo ser aplicada em prol de políticas afirmativas, sendo composta por 65 artigos.

As legislações são medidas que têm buscado ampliar o estudo sobre a cultura negra, com o propósito de buscar referências positivas sobre a religiosidade, a cultura e expressões afro-brasileiras, no entanto, a temática das relações étnico-raciais e africanas ganhou mais visibilidade em diversos segmentos da sociedade pela criação dessas leis.

Esses dispositivos legais “as leis”, que orientam a elaboração de projetos que sejam comprometidos com a formação e o processo de aprendizagem em educação de relações étnico-raciais, com o intuito de preparar cidadãos democráticos para o mercado de trabalho.

A BNCC do Ensino Fundamental faz a afirmação de que valoriza as situações lúdicas de aprendizagem, pois aponta articulações com as experiências vivenciadas pelos alunos, visa desenvolver possibilidades de leitura e formulação de hipóteses auxiliando na construção do conhecimento coletivo no espaço escolar. Compreendemos que a BNCC, enquanto documento normativo, é obrigatória e precisa ser pensada para apenas não reproduzir discursos contraditórios e é como de onde devem ser erguidas paredes dos sistemas de ensino de escolas públicas e particulares. A BNCC dentro de suas competências gerais estabelecidas, traz alguns pontos, são eles:

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e

valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018 p. 9-10).

Esses três itens são importantes na formação do sujeito, pois trazem elementos centrais para uma educação significativa e de qualidade, dando ênfase na valorização da diversidade e no respeito à cultura. Mas, para isso, é necessário refletir sobre o papel da BNCC enquanto documento obrigatório e o que ela traz em seu discurso. Não podemos romantizar o que está colocado, nem acreditar que um documento construído da forma como foi a BNCC seja a salvaguarda da escola. Mas, o documento está presente e em todo o seu discurso trata de algo relacionado à temática deste artigo, servindo ao menos como fonte de reflexão.

Na unidade temática O sujeito e seu lugar no mundo, focalizam-se as noções de pertencimento e identidade. No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, busca-se ampliar as experiências com o espaço e o tempo vivenciadas pelas crianças em jogos e brincadeiras na Educação Infantil, por meio do aprofundamento de seu conhecimento sobre si mesmas e de sua comunidade, valorizando-se os contextos mais próximos da vida cotidiana. Espera-se que as crianças percebam e compreendam a dinâmica de suas relações sociais e étnico-raciais, identificando-se com a sua comunidade e respeitando os diferentes contextos socioculturais. (BRASIL, 2018, p. 360).

Este item corrobora para que não haja racismo dentro da escola, por isso é importante o educador elaborar projetos e atividades com mais frequência que visam melhorar o ensino no espaço escolar que colaboram com a coletividade.

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas 6 identidades linguísticas, étnicas e culturais. [...] a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica. [...] Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. (BRASIL, 2018, p. 15).

Na área de História, é que se encontra a maior parte das indicações para a construção de conteúdos com foco na educação para as relações étnico-raciais para o ensino de história e Cultura Afro-brasileira. Então, é importante ler o documento ao menos para refletir, pois ele não pode ser apenas um documento para reproduzir, mas enquanto um documento obrigatório, precisa ser conhecido e pensado por que é a BNCC que está sendo norte na sala de aula.

Com uma crítica, deve garantir aos estudantes o aprofundamento dos conhecimentos sobre costumes sociais, preconceitos, violência e o racismo.

3.4 Importância do livro didático

O PNLD é o Programa Nacional do livro didático que destina avaliar e disponibilizar obras didáticas e pedagógicas com intuito de fornecer práticas educativas de forma gratuita aos ambientes escolares públicos, federais, estaduais e municipais. É um programa que atende à educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

O PNLD tem o objetivo de levar material didático adequado para cada etapa educacional, pois a escolha de um bom material impacta diretamente na qualidade de ensino e desempenho dos estudantes em sala de aula. Diante disso, é importante os educadores e membros das escolas avaliarem quais livros atendem melhor às necessidades de seus alunos.

É necessário que no livro didático contenham informações que auxiliem o educador na construção coletiva de conhecimento sobre a história da África, segundo Almeida:

A predominância da produção de materiais para apoio ao docente é adequada, pois é desejável que ele produza, a partir de seus conhecimentos e experiências, e das realidades e coletivos humanos com que interage, as melhores alternativas didáticas e metodológicas para sua intervenção (ALMEIDA, 2017, p. 65).

Munanga (2005, p. 76) afirma que a instituição escolar “[...] deve permitir aos alunos respeitar os valores positivos que emergem do confronto dessas diferenças, possibilitando-lhes ao mesmo tempo desativar a carga negativa e eivada de preconceitos [...]”. Perante o exposto, o autor acredita que a instituição de ensino poderá levar em consideração a diversidade étnica de seus educandos e reconhecer valores e culturas que os incluam na educação efetiva.

Ainda, conforme Munanga (2005 p.120), “as referências positivas de identidade racial ausentes no livro didático e outros materiais educacionais para as crianças e sua família, podem trazer prejuízo na chegada da vida adulta, originando, assim, uma rejeição à sua origem racial”. Diante disso, vem a importância de o livro didático contemplar informações sobre as relações étnico-raciais para o aluno desde cedo aprender questões que envolvam sua história e suas culturas e que sejam essenciais para o conhecimento das experiências vividas na escola.

As escolas ainda não conseguem realizar um ensino do recorte étnico-racial. Em vista disso, vem a necessidade da ampliação das discussões entre docentes da educação e sobre esta abordagem, Gomes afirma:

[...] No contexto histórico e político brasileiro, as diferenças étnico-raciais foram naturalizadas, desnudadas da sua riqueza e transformadas em desigualdade. Dessa forma, quando a escola, a universidade e a política educacional colocam em pauta a discussão, as práticas, os projetos e as políticas voltadas para a diversidade étnico-

racial, tendo como foco o segmento negro da população, o contexto da desigualdade se põe na ordem do dia e, em consequência disso, medidas para a superação precisam ser implementadas. (GOMES, 2011, p. 51).

Ademais, Gomes (2011) retrata que ainda existe desigualdade das questões raciais no país, esse problema é antigo, tendo em vista que, no Brasil existem algumas medidas para combater essas situações, a história do Brasil é marcada por muita desigualdade e discriminação. Por isso, foi implantada as leis que respaldam essa problemática no ambiente escolar.

Segundo Cavalcanti (2016), o livro didático não pode ser considerado como único recurso pedagógico a ser utilizado em sala de aula, considerando que existe outros materiais que podem criar fundamentos e assim construir conhecimentos. Além dos livros, podem ser considerados materiais didáticos: filmes, músicas, pinturas, revistas, jogos, mapas e poemas, entre outros, quando são mobilizados no processo de construção do conhecimento. (CAVALCANTI, 2016, p. 271).

Isso quer dizer que, os educadores acabam usando como único recurso o livro didático, seguindo o roteiro de conteúdos que lhe são apresentados. Muitas das vezes, sua capacidade de autonomia é pequena para selecionar materiais para realizar um trabalho de qualidade e a falta de formação continuada é um dos principais problemas para a preparação do material de apoio a ser utilizado em sala de aula.

A utilização do material didático é fundamental na formação dos alunos. A Lei 11.645/2008 trouxe à tona um olhar que por vezes passava despercebido tanto nos livros didáticos como no trabalho pedagógico em geral, a intenção da lei é voltar o olhar para a história do negro em nosso país que mostra uma trajetória marcada por vários casos de preconceito.

O livro didático se apresenta como um auxílio no processo ensino-aprendizagem para professor e aluno, cabe ao educador a responsabilidade de apresentá-lo como fonte de pesquisa. Segundo Libâneo (2003), a escola é uma instituição social com objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos, para tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES ACERCA DO LIVRO DIDÁTICO DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS

4.1 Local da pesquisa e coleta de documento para análise

Miracema do Tocantins é uma cidade localizada no estado do Tocantins, na região norte do Brasil. Possui uma economia diversificada, com infraestrutura básica, como escolas, hospitais, comércio e serviços. A cidade se encontra também em uma região de cerrado que proporciona uma rica biodiversidade, com áreas de preservação ambiental. É um município importante que conta com uma economia diversificada e diversas atrações turísticas.

Realizamos a pesquisa na Secretaria de Educação do município de Miracema do Tocantins, onde conversamos com a coordenadora responsável pela instituição. No decorrer da conversa, a coordenadora falou que no momento, o município de Miracema conta com 8 escolas que possuem 5º ano, sendo 4 na zona urbana e 4 na zona rural.

Na zona urbana, tem a Escola Municipal Francisco Martins Noleto que conta com 2 (duas) turmas de 5º ano, a Escola Municipal Vilmar Vasconcelos que conta com 1 (uma) turma, a Escola Professora Dalva Cerqueira Brito que conta com 2 (duas) turmas, e a Escola Brigadeiro Lísias Rodrigues que conta com 1 (uma) turma.

As escolas da zona rural são: Escola Municipal de Educação no Campo Bartolomeu Fraga conta com 1 (uma) turma de 5º ano, Escola de Educação no Campo Boanerges Moreira de Paula conta com 1 (uma) turma, Escola de Educação no Campo Santa Marina 1 (uma) turma e, por fim, a Escola Municipal de Educação no Campo Vale do Tocantins que conta com 1 (uma) turma.

A coordenadora do município explicou que o livro didático adotado em Miracema do Tocantins é a coleção *Buriti Mais* da Editora Moderna, fornecido pelo PNL D, que foi pensado para as salas de aula com foco na formação dos estudantes, com vista no desenvolvimento do trabalho do professor como mediador dos conteúdos. Após levantar esses dados, nos dirigimos à Escola Municipal Francisco Martins Noleto para obter o exemplar do livro didático para realizar a análise.

4.2 Análise e discussões

O livro *Buriti Mais História*, do 5º ano do ensino fundamental, organizado pela Editora Moderna, de autoria de Ana Cláudia Fernandes, com vários componentes curriculares, cujo a

análise foi realizada no componente de história e Língua Portuguesa, sendo dividido em 4 unidades. Após realizar um estudo no material didático, foi percebida a falta da temática abordada nesse artigo, cujo foco é analisar como o livro didático adotado nas escolas municipais de Miracema para o 5º ano contempla conteúdos acerca da diversidade cultural e das relações étnico-raciais.

Percebemos que, embora as leis sejam obrigatórias nos currículos da educação básica e que enfatize a importância da História e da cultura afro-brasileira e indígena na formação dos estudantes. Destaca-se que as legislações são frutos de grandes lutas dos negros e indígenas para conquistarem seus direitos e não são retratados no livro didático.

Diante da ausência da temática desse artigo no livro didático, percebemos, ainda, a falta de formação continuada do profissional da educação para a construção de trabalhos voltados para a diversidade cultural e relações étnico-raciais. Em vista disso, consideramos a necessidade de ampliar ações nos espaços escolares que sensibilizem sobre a importância de compreender a história e cultura africana nas atividades escolares.

A escola como um principal agente da educação de todos os cidadãos, tem como papel realizar um trabalho em prol do fortalecimento das culturas do negro e do indígena, com cuidado de fazer um estudo sobre suas características, seus direitos, entre outros. Dessa maneira, constrói-se uma educação igualitária para todos que valoriza cada cidadão.

Ainda, é necessário produzir metodologias para a criação de materiais didáticos que não omitam as questões que envolvem a problemática das relações étnico-raciais, para que os educandos conheçam sua própria história, diante disso, pode-se desenvolver uma sociedade antirracista e livre de qualquer tipo de preconceito.

Diante dessa breve análise, observamos que a temática étnico-racial não é trabalhada nas escolas, pois trata-se de um assunto de grande relevância e que deveria ter uma atenção especial devido a importância das histórias africanas, afro-brasileiras e indígenas. A diversidade cultural e as relações étnico-raciais permeiam múltiplos aspectos de nossas histórias e culturas. É através dessas relações que conseguimos ver nossa pluralidade e perceber a necessidade do respeito e igualdade em face de nossa existência enquanto participantes da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de conteúdos relacionados às questões étnico-raciais afro-brasileiros e indígenas nos livros didáticos do 5º ano do ensino fundamental no município de Miracema do Tocantins é um problema sério que precisa ser abordado e resolvido. A educação escolar desempenha um papel fundamental na formação das crianças e jovens e é essencial que os materiais utilizados reflitam a diversidade sociocultural e promovam uma compreensão mais ampla da história e cultura do nosso país.

Ao negligenciar a inclusão de conteúdos relacionados a essas questões nos livros didáticos, estamos perpetuando estereótipos, preconceitos e desigualdades. As crianças têm o direito de aprender sobre a rica diversidade étnico-racial, afro-brasileira e indígena presente na sociedade brasileira, além de compreenderem as lutas e conquistas desses grupos ao longo da história.

A inclusão de conteúdos étnico-raciais, afro-brasileiros e indígenas no livro didático é crucial para promover a consciência e o respeito à diversidade desde cedo, além de combater o racismo e o preconceito. Esses materiais podem apresentar informações sobre a história, cultura, contribuições e desafios enfrentados por diferentes grupos étnicos, afro-brasileiros e indígenas no Brasil, permitindo que as crianças desenvolvam uma compreensão mais abrangente e crítica da realidade.

Para abordar essa falta de conteúdos, é fundamental que haja uma revisão criteriosa e contínua dos livros didáticos, levando em consideração as diretrizes curriculares nacionais e os princípios da educação inclusiva. Além disso, é importante investir na formação dos professores, para que possam abordar esses temas de maneira adequada e sensível em sala de aula.

A inclusão de conteúdos étnico-raciais e indígenas nos livros didáticos é um passo fundamental para uma educação mais justa, igualitária e inclusiva. É uma responsabilidade de todos os envolvidos no processo educacional garantir que as crianças tenham acesso a materiais que reflitam a realidade e promovam o respeito à diversidade étnico-racial e indígena.

É inadmissível pensar que a escola seja omissa aos problemas das diferenças sociais e culturais no âmbito escolar e que os livros didáticos reforcem isso, é muito importante expandir a discussão e reflexão das questões étnico-raciais, juntamente com professores, pais, autoridades públicas e a comunidade em geral, é a partir daí que começam traçar encaminhamentos de projetos políticos pedagógicos que vão respaldar à realidade escolar do educando.

Transformar a escola num espaço democrático e de emancipação seria uma grande possibilidade de combate à intolerância cultural e étnico-racial, pois o espaço escolar é um lugar de ensino-aprendizagem que tem o intuito de formar cidadãos, contudo, tratar desse tema é demonstrar que o respeito mútuo é o caminho para viver em sociedade onde possa haver dignidade e paz.

A escola é uma instituição que tem por dever ético inserir no currículo a diversidade cultural, não trabalhar somente em datas comemorativas mais sim cotidianamente, para transmitir aos alunos o respeito à diversidade. Contudo é necessário debater essas questões que vão propiciar as crianças e jovens a possibilidade de uma construção cidadã, o fortalecimento da identidade e a formação do sujeito crítico/reflexivo. Portanto, é por meio da educação que se trilha um caminho de paz e dignidade na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine De; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Pro.posições**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 55-80, jan./abr. 2017.
- ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003.**
- BRASIL. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008.**
- BRASIL. **Lei 12.288 de julho de 2010.**
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.
- CAVALCANTI, E. Livro didático: produção, possibilidades e desafios para o ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 5, nº 9. p. 262-284. 2016.
- GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antônio Flávio, CANDAU, Vera Maria (Orgs). **Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- GOMES, Nilma Lino, *Relações Étnico-raciais, Educação e Descolonização dos Currículos; Currículo sem fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr2012.
- IANNI, Octavio. “Dialética Das Relações Raciais.” *Estudos Avançados*, vol. 18, no. 50, 2004, pp. 21–30., doi:10.1590/s0103-40142004000100003.
- LIBÂNEO, I.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003
- LIMA, Elvira de Souza. “Currículo e desenvolvimento humano”. In: MOREIRA, Antonio Flávio e ARROYO, Miguel. **Indagações sobre currículo**. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006, p.17.
- LUCINDO, Willian Robson S. Histórico do Movimento Negro no Brasil, luta e resistência às Políticas de Ação Afirmativas, a Declaração de Durban até s Lei 10.639/03: a dívida social do Brasil com a população negra após o 13 maio. In: **Formação de professores**: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. (Orgs). CARDOSO, Paulino de Jesus, F; RASCHE, Karla Leandro. 1ª ed. Florianópolis: Editora DIOESC, 2014. p. 60-75.
- LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento Feminista Hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MOREIRA, R. G. **Ação Saberes Indígenas na Escola**: Contribuições da ASIE para as Comunidades Apiaká, Kayabi/Kawaiwete, Munduruku, Kayapó e Terena. Dissertação de Mestrado. UFMT, Cáceres, 2020.

MULLER, Maria Lúcia R. Formação de professores e perspectivas para a implantação da lei 10.639/03. In: SOUZA, Maria Elena Viana. (Org). **Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a lei 10.639/03**. Rio de Janeiro, Editora Rovellet, 2009. p. 31-46.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília-DF: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Rita G. do. Educação escolar brasileira e diversidade étnica e cultural: contribuições dos movimentos negro e indígena para o debate. In: RONCA, Antônio C. C.;

RIBEIRO, Djamilla. **Pequeno manual antirracista**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, José Luiz dos, **O que é cultura**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

ZOIA, Alceu. Das narrativas do Cineclube em Cáceres às narrativas da escola indígena Lutuma Dias: a Educação escolar indígena diferenciada. IN: GRANDO, Beleni Saléte; PASSOS, Luiz Augusto. (Orgs.). **O eu e o outro na escola**: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola. Cuiabá: EdUFMT, 2017.